

PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



Agosto 2021



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. OBJETIVO..... | 03 |
| 2. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO | 03 |
| 3. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL..... | 07 |
| 4. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA..... | 07 |
| 5. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ENTORNO | 09 |
| 6. TERRAS INDÍGENAS MAIS PRÓXIMAS..... | 09 |
| 7. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO DO ENTORNO | 09 |
| 8. USO COSTUMÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS | 08 |
| 9. LUGARES DE ESPECIAL SIGNIFICADO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS ... | 25 |
| 10. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL | 37 |
| 11. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 40 |
| 12. IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS SOCIAIS | 44 |



1. OBJETIVO

Este documento estabelece as diretrizes para o planejamento e execução das ações voltadas a implementar uma gestão socioambiental pela AGREGUE, junto a seus colaboradores, *stakeholders* e comunidades de relacionamento. Entre as abordagens, informações e procedimentos presentes neste documento, destacam-se:

- Caracterização sobre a região do Vale do Jari.
- Caracterização das comunidades e localidades.
- Mapeamento dos usos costumários dentro da UMF pelas comunidades tradicionais.
- Direitos dos colaboradores e qualidade de vida no trabalho.
- Avaliação e monitoramento dos impactos socioeconômicos
- Programa de Comunicação Social
- Programa de Educação Ambiental

2. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO

As UMF encontra-se inserida em uma região que agrega três núcleos urbanos: as cidades amapaenses de Laranjal do Jari e Vitória do Jari; e o Distrito de Monte Dourado, Estado do Pará. O desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jari é resultado dos empreendimentos industriais e minerais, pecuária, agricultura e extrativismo florestal, com destaque para o Projeto Jari. Tem termos econômicos, os municípios têm sua economia baseada nas atividades extrativistas, vegetal e mineral, e no setor de serviços.

2.1 O Estado do Amapá

Localizado na porção nordeste da Região Norte do País, o Estado do Amapá ocupa área de 143.453,7 km², limitando-se ao norte com a Guiana Francesa, a nordeste com o Suriname, a leste com o oceano Atlântico e ao sul e oeste com o Estado do Pará, do qual está separado pelo rio Amazonas. O Jari é principal tributário do rio Amazonas e o Oiapoque corre na fronteira com a Guiana Francesa. Destacam-se ainda na bacia hidrográfica do Estado, os rios Calçoene e Maracá.



A população do Estado do Amapá é estimada em 861.773 habitantes (IBGE 2020), distribuídos entre 16 municípios. A população na faixa etária de 0 a 14 anos representa 45,4 % do total, enquanto as pessoas entre 15 e 59 anos somam 50,7 % e as de 60 anos ou mais respondem por 3,9 % do total da população do Estado. O índice de mortalidade no Estado do Amapá é de 2,89 óbitos por mil e a taxa de mortalidade infantil é de aproximadamente 25 mortes antes de completar um ano de idade, para cada mil crianças nascidas vivas. Destacam-se na composição da economia do Estado do Amapá as atividades extrativistas tanto vegetais como minerais. No extrativismo vegetal são exploradas a castanha-do-pará, palmito e as madeiras. Entre os minerais mais encontrados no Estado estão as jazidas de manganês, ouro, caulim e granito. A produção agrícola limita-se ao cultivo de arroz e mandioca. Na pecuária predominam as criações de búfalos e o gado bovino. O setor industrial dedica-se ao processamento das principais riquezas do Estado, ou seja, a extração mineral, a madeira e a pesca. A produção de energia elétrica no Amapá supera o seu consumo doméstico. Entre junho de 1993 e julho de 1994, foram produzidos 451 milhões de kwh de energia, para um consumo local de 220 milhões de kwh.

2.2. O Município de Laranjal do Jari

O Município de Laranjal do Jari é um município localizado ao sul do Estado do Amapá. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2020), o município possui uma população aproximada de 51.362 pessoas. Foi criado pela Lei Federal Nº 7.639, de 6 de dezembro de 1987. Faz fronteira com o Estado do Pará, mais especificamente com Monte Dourado, distrito do município de Almeirim (PA), situado na outra margem do Rio Jari.

Está localizada a 320 quilômetros da capital e o acesso é pelo chamado eixo sul da BR-156, trecho ainda não asfaltado da estrada federal, também sendo possível o acesso fluvial pelo rio Jari. Possui uma área total de 31.170,3 km². Laranjal do Jari faz limite com os municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque, além do Estado do Pará e ainda com os países Suriname e Guiana Francesa, pela imensidão geográfica.



Cidade de Laranjal do Jari

Economicamente, Laranjal ficou conhecida por abrigar funcionários que trabalhavam na fabricação de celulose (matéria-prima do papel) do lado paraense da fronteira. Hoje, o setor entrou em declínio e a atividade industrial já não move a economia como em outras épocas. Em Laranjal do Jari também está localizada uma cooperativa que vende matéria-prima (óleo de castanha e breu branco) para uma grande indústria de cosméticos de São Paulo. A região é destaque no extrativismo vegetal. Encontra-se em desenvolvimento o manejo florestal madeireiro e uma indústria de processamento de madeira, que será inaugurada em 2021.

Quanto ao turismo, a cachoeira de Santo Antônio virou um símbolo da região de Laranjal, mas hoje esse cartão postal foi “apagado” com a construção de uma barragem. A área de Laranjal do Jari também é bastante apreciada para o turismo de aventura, em especial aos adeptos de trilhas, além de oferecer diversas exuberantes paisagens naturais.

2.3. Distrito de Monte Dourado

Confrontando-se com a cidade de Laranjal do Jari, separadas pelo Rio Jari, Monte Dourado é um distrito do Município de Almeirim-PA, distante cerca de 73 km da sede do município. Localiza-se na região norte do estado do Pará na latitude 0° 53' 23" sul e longitude 52° 36' 08" oeste, na divisa com o estado do Amapá,



Distrito de Monte Dourado, Almeirim-PA

A Economia do Distrito é resultante das atividades florestais baseada no plantio de eucalipto e o complexo industrial, empreendimentos de propriedade do Grupo Jari. Hoje, o setor entrou em declínio e a atividade industrial já não move a economia como em outras épocas. A região é destaque no extrativismo vegetal. Encontra-se em desenvolvimento o manejo florestal madeireiro e uma indústria de processamento de madeira, que será inaugurada em 2021.

Remanescente do Projeto Jari, a localidade conta com um complexo industrial que em 2014 passou a produzir celulose solúvel, produto com possibilidades de aplicação em diversos segmentos. Esta, por sua vez, é transportada ao Porto de Munguba pela Estrada de Ferro Jari, uma ferrovia industrial que corta o distrito.

2.3. Consolidado dos dados socioeconômicos da região

| Aspecto | Laranjal do Jari-AP | Vitória do Jari-AP | Almeirim-PA |
|-----------------------------|--|--|---|
| Área territorial | 30.782,998 km ² | 2.508,979 km ² | 72.954,798 km ² |
| N. Habitante (2020) | 51.362 | 16.254 | 34.076 |
| Economia (2020) | Indústria primária, extrativismo florestal (castanha e madeira), cultivo de espécies exóticas (eucalipto) e serviços | Indústria primária, extrativismo florestal (castanha e madeira), cultivo de espécies exóticas (eucalipto) e serviços | Pecuária bovina, pesca, Indústria primária, extrativismo florestal (madeira), cultivo de espécies exóticas (eucalipto) e serviços |
| Salário médio mensal (2020) | 2.2 salários-mínimos | 2.2 salários-mínimos | 2.2 salários-mínimos |
| IDH (2010) | 0,665 | 0,619 | 0,642 |
| PIB Per capita (2018) | R\$ 18.252,70 | R\$ 12.137,17 | R\$ 17.327,19 |



| | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Taxa de mortalidade infantil | 23,2 óbitos por 1.000 nascidos vivos | 10,27 óbitos por 1.000 nascidos vivos | 10,67 óbitos por 1.000 nascidos vivos |
| Taxa de escolarização (6 a 14 anos) | 97,6% | 97,1% | 95,8% |

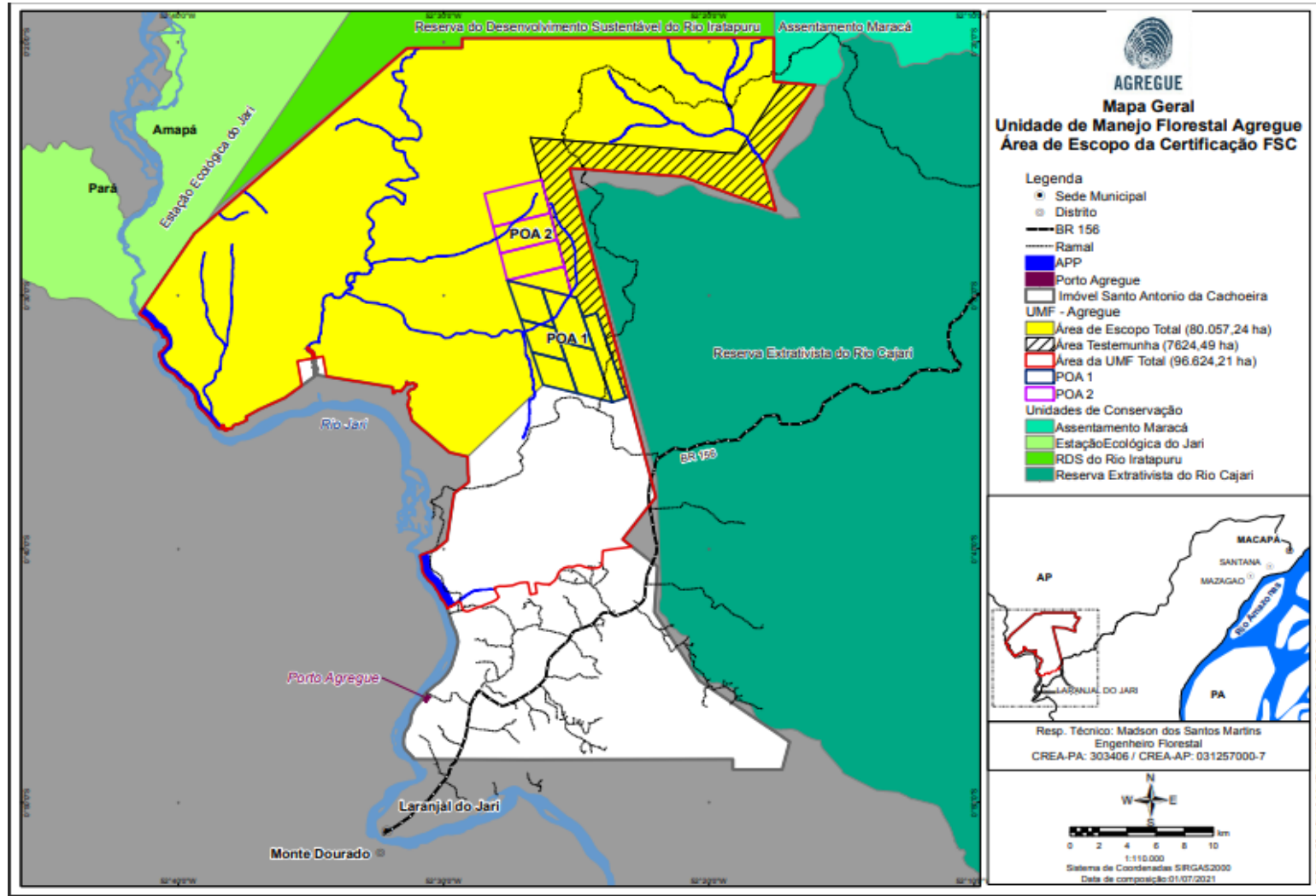
3. LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL

A Unidade de Manejo Florestal (UMF) está localizada no Município de Laranjal do Jari-AP, porção Sul do Estado do Amapá, na margem esquerda do Rio Jari, divisa com o Estado do Pará, entre os paralelos 0° 11' 53" S e 0° 58' 27" S e meridianos 51° 59' 55" W e 52° 41' 30" W. A área manejada é parte integrante do Imóvel denominado Santo Antônio da Cachoeira, compreendendo 96.624,21 ha (escopo definido para a certificação florestal). O acesso a UMF é realizado pela Rodovia Federal BR-156, distante cerca de 239 km partindo da capital Macapá-AP; ou cerca de km 31 partindo da cidade de Laranjal do Jari-AP. Mapa de localização encontra-se na página 8.

4. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A UMF localiza-se nas Glebas Santo Antônio da Cachoeira, de propriedade da empresa Jari Celulose S.A, empresa do mesmo Grupo Empresarial (Grupo Jari). Para realizar o manejo na referida propriedade a Jari Florestal S/A possui um contrato de arrendamento/comodato com a Agregue Indústria, Comercio e Transportes de madeiras -Eireli-ME. Conforme certidão de inteiro teor, a propriedade encontra-se registrada no Cartório de Imóvel de Laranjal do Jari, Matrícula e título de reconhecimento de domínio emitido pelo Instituto de Terras do Estado do Amapá.

Mapa de localização da UMF



O domínio do imóvel encontra-se assegurado pelo Título de Reconhecimento de Domínio N. 12/2006 emitido pelo Instituto de Terras do Amapá, com Matrícula no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Mazagão-AP, sob o N. 20, floras 16/62, Livro 3-A.

5. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ENTORNO

No entorno da UMF, estão localizadas três unidades de conservação e um projeto de assentamento. Ao Norte, a UMF faz limite com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iratapuru; a Leste com a Resex do Rio Cajari e Projeto de Assentamento Maraca e a oeste com a Estação Ecológica do Jari. Na página 10 é apresentado o Mapa de unidades de conservação localizadas no entorno da UMF.

6. TERRAS INDÍGENAS MAIS PRÓXIMAS

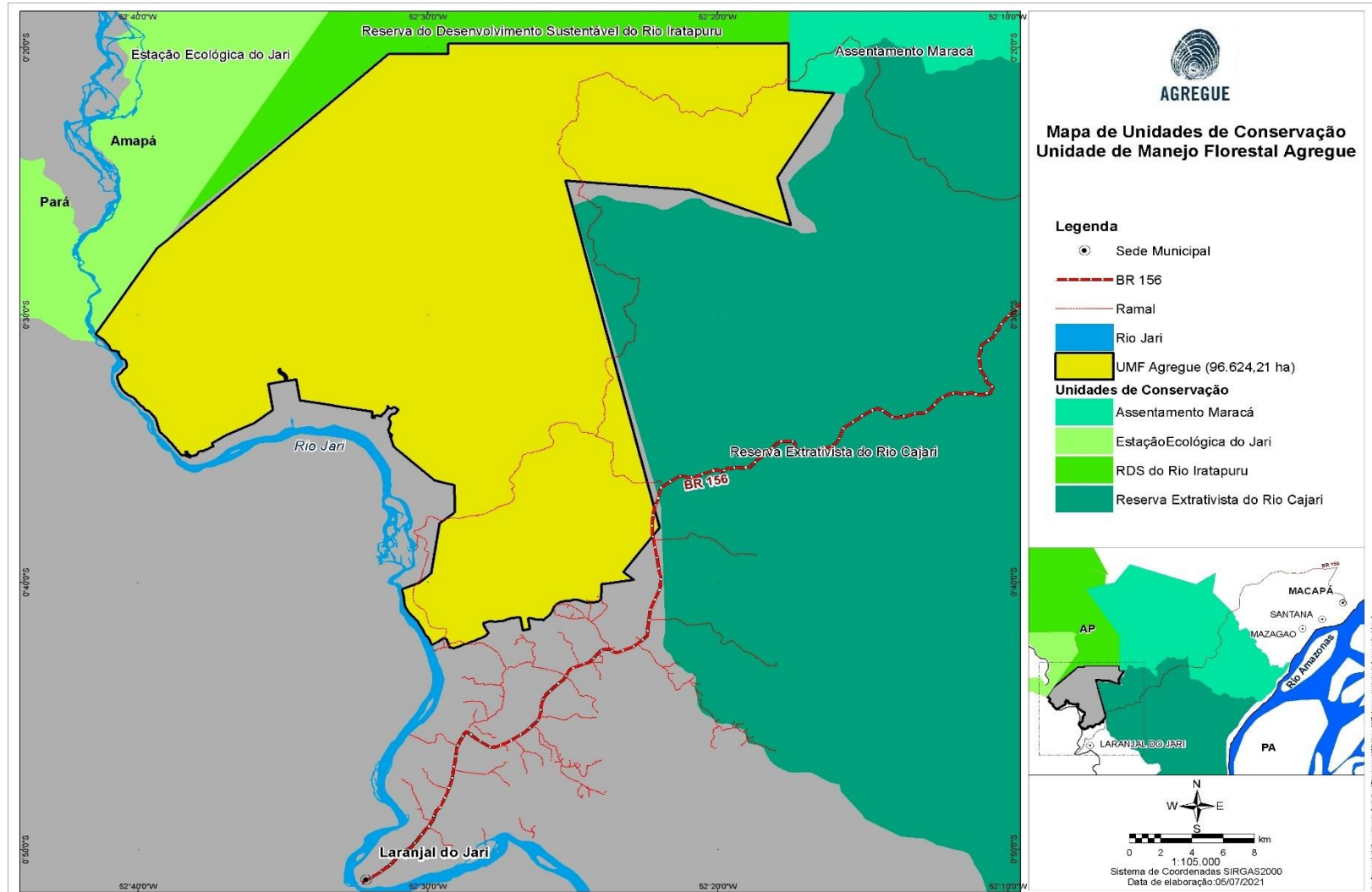
Conforme levantamentos na base de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Socioambiental (ISA), não existem terras indígenas localizadas no entorno da UMF. A Terra Indígena Waiãpi está a 102 quilômetros da UMF. Na página 11 é apresentado o Mapa de localizadas das terras indígenas mais próximas da UMF.

7. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO DO ENTORNO

7.1 Método de coleta de dados

Para a identificação e caracterização das pessoas e grupos sociais que vivem no entorno da UMF, foram realizadas coleta de dados primários a partir de reuniões comunitárias, aplicação de questionário e mapeamento participativo; e levantamentos de informações em bases de dados secundárias. Os levantamentos ocorreram no período de 9 a 18 de julho de 2021 e 26 a 28 de agosto de 2021, compreendendo comunidades e localidades das margens do Rio Jari BR 156 e suas vicinais.

Mapa de unidades de conservação e assentamentos do entorno da UMF



Mapa de Terra Indígena mais próxima da UMF

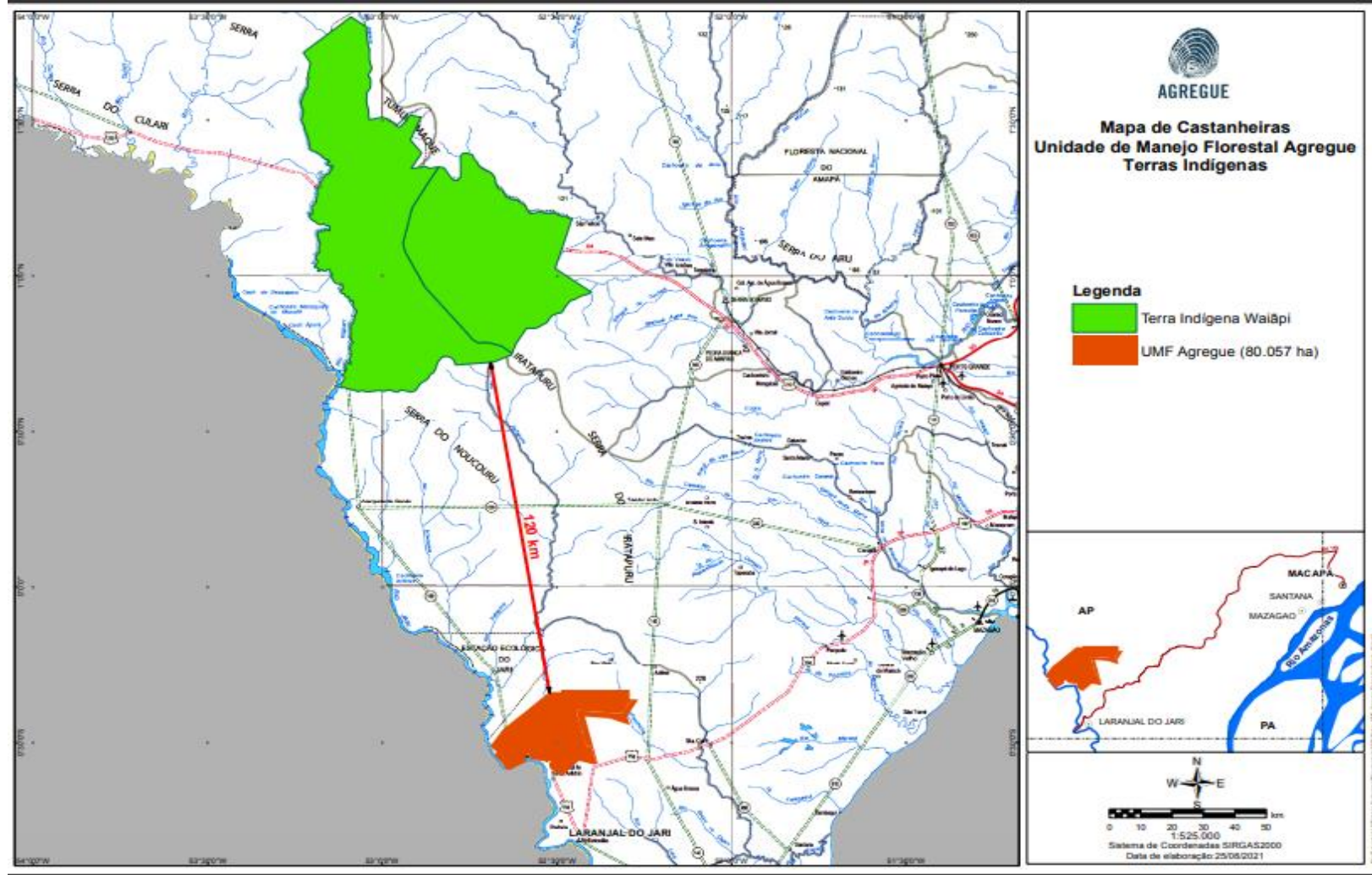


Tabela: Levantamento de dados primários

| Comunidades e Localidades | Método de levantamento de dados |
|-------------------------------------|---|
| Água Branca do Cajari | Aplicação de questionário, reunião e mapeamento participativo |
| Retiro | |
| Padaria | |
| Quilombo São José | |
| Santo Antônio da Cachoeira | |
| São Francisco do Iratapuru | Aplicação de questionário |
| 14 Localidades às margens da BR 156 | |

Registro fotográfico dos momentos das reuniões, mapeamentos e aplicação de questionários



Reunião na Comunidade Padaria



Reunião na Comunidade Quilombola São José



Reunião com a Comunidade Santo Antônio



Reunião com a Comunidade Água Branca



Reunião com a Comunidade Retiro



Reunião com Presidente da Cooperativa da Comunidade São Francisco do Iratapuru



Equipe aplicando questionário nas localidades às margens da BR 156



7.2 Localização da população do entorno da UMF

Não existem famílias vivendo dentro da UMF. De acordo com os resultados do diagnóstico socioeconômico 2021, foram identificadas 05 comunidades tradicionais localizadas nas áreas limítrofes da área de manejo florestal. Considerando os riscos de impactos gerados pela atividade de transporte, também foram mapeadas as 14 localidades as margens da BR 156, entre o trecho de acesso a UMF e a indústria de processamento da madeira, na margem esquerda do Rio Jari.

As comunidades e localidades mapeadas no entorno da UMF, estão localizadas nas regiões que compreendem a margem esquerda do Rio Jari, o Ramal do Retiro, na Resex do rio Cajari e as margens da BR 156. O mapa da página 16 apresenta a localização geográfica das comunidades, em relação a Unidade de manejo Florestal.

7.3 Caracterização socioeconômica

7.3.1 Comunidades tradicionais

Uma parte importante dos moradores das comunidades são descendentes dos primeiros ocupantes da região atraídos pelos ciclos econômicos que se instalaram na região, como o extrativismo da borracha e da castanha-do-pará. Desenvolvem atividades baseadas no extrativismo, pesca artesanal e agricultura. Mapeamentos participativos realizados pela AGREGUE e Fundação Jari, constatou-se que as comunidades adjacentes realizam a coleta tradicional da castanha-do-pará dentro da UMF.

De acordo com os dados levantamentos *in loco*, bem como as informações analisadas durante a revisão bibliográfica dos estudos realizados junto a população, constatou-se que as comunidades Água Branca do Cajari, Retiro, Padaria, Quilombo São José, Santo Antônio da Cachoeira e São Francisco do Iratapuru, que vivem no entorno da UMF, apresentam traços de tradicionalidade, considerando a história de vida, ancestralidade, uso costumário dos recursos naturais e as formas de cultura e religiosidade. Esta conclusão encontra-se respaldada nos estudos realizados sobre as comunidades, presentes em documentos oficiais, como o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru e Reserva Extrativista do Rio Cajari. Observa-se que essas categorias de unidades de conservação, são criadas juntamente para assegurar territórios para vivência e uso por comunidades tradicionais, em observância a Lei 9.985 - Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Assim, a essas comunidades, aplica-se todas as diretrizes definidas no Decreto no 6.040, de 2007, que

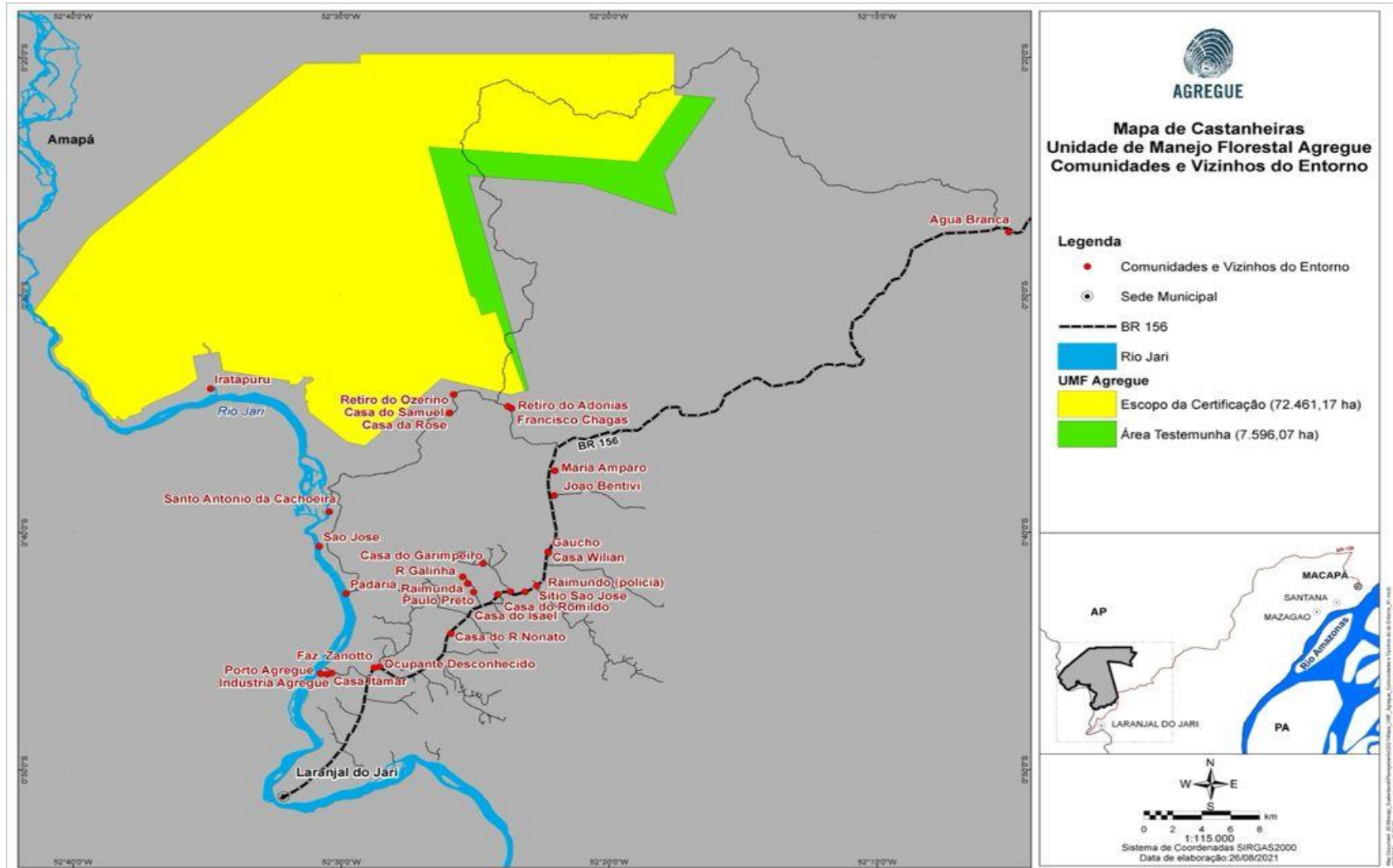
instituiu a Lei Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre elas o reconhecimento da tradicionalidade.

| Comunidade | Auto-reconhecimento | Localização |
|---------------------------------------|--|---|
| São Francisco do Iratapuru | Extrativistas, coletores de castanha-do-pará | Margem esquerda do Rio Jari, foz do Rio Iratapuru, Laranjal do Jari-AP. |
| Comunidade Santo Antônio da Cachoeira | Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores | Margem esquerda do Rio Jari, Laranjal do Jari-AP. |
| Comunidade Quilombo São José | Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores | Margem esquerda do Rio Jari, Laranjal do Jari-AP. |
| Comunidade Vila Padaria | Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores | Margem esquerda do Rio Jari, Laranjal do Jari-AP. |
| Comunidade Retiro | Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores | Ramal do Retiro |
| Água Branca do Cajari | Extrativistas, coletores de castanha-do-pará, pescadores e pequenos agricultores | BR-156, km 50, margens do Rio Cajari, Resex Cajari, Laranjal do Jari |



Equipe técnica da Agregue em levantamento de castanhais na UMF

Mapa de Comunidades e Localidades



a) Comunidade São Francisco do Iratapuru

A Comunidade São Francisco do Iratapuru está localizada na foz do rio Iratapuru, margem esquerda do Rio Jari, onde vivem cerca de 80 famílias extrativistas. Em 1992 fundaram a Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU).



Imagens da Comunidade

Os moradores têm na coleta da castanha-do-brasil a principal fonte de renda, realizando a extração do óleo para o fornecimento da Empresa Natura, com a qual possuem um contrato. Fundada em 1992, a cooperativa chega a comercializar cerca de 35 mil toneladas de óleo ao ano.



Imagens na usina de processamento de óleo e o início da obra da agroindústria.
(fotos: diagnóstico Agregue e Marco Antônio P. Costa.)



Atualmente, a COMARU possui cerca de 50 sócios. Segundo dados levantados, há coletores que chegam a ganhar aproximadamente 50 ml reais por safra. Este valor varia a cada ano, pois os preços praticados são muito voláteis. Em 2021, o hectolitro de castanha chegou a R\$ 600,00.

Em 2010 foi realizado o Laudo Antropológico (LA) que se refere ao acompanhamento do processo de obtenção de anuência e assinatura de contrato de repartição de benefícios por acesso ao Conhecimento Tradicional Associado (CTA) à espécie *Bertholletia excelsa*, conhecida como castanha-do-brasil, para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, firmado entre a empresa Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. e a Associação da População Tradicional da Biodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – BIORIO, representando a comunidade de São Francisco do Iratapuru, localizada no entorno da RDSI (SEMA, 2015).

Desde 2004 a COMARU passou a ter a certificação FSC (Forest Stewardship Council) da castanha e do breu-branco, através do IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) com o selo RAINFOREST ALLIANCE. Porém em 2013, alguns problemas relacionados ao monitoramento fizeram com que a certificadora aplicasse algumas não conformidades à COMARU e o selo foi suspenso.

Durante a elaboração do Plano de Manejo da UC (2014), um problema apontado pelos moradores e pela equipe da SEMA-AP é o conflito entre o plano de manejo florestal madeireiro sustentável da Jari Florestal, que será desenvolvido na zona de amortecimento da RDSI, local de grande concentração de castanhais. Há uma preocupação que a instalação de um empreendimento do porte do mesmo, possa gerar desequilíbrios ambientais, afetando a polinização dos castanhais pela falta de florestas que mantém o besouro responsável e os serviços ecossistêmicos relacionados (SEMA, 2015).

b) Comunidade Santo Antônio da Cachoeira

Em entrevista, os moradores da Vila de Santo Antônio da Cachoeira lembraram que sua fundação é anterior a Monte Dourado e Laranjal do Jari. A Comunidade é formada por aproximadamente 25 famílias, que vivem de pequenos roçados e da coleta da castanha-do-pará, principal fonte de renda local. Foram identificadas na comunidade 22 famílias,



que residem em 22 casas e que totalizam 100 pessoas. O acesso à comunidade a partir de Laranjal do Jari é feito navegando-se o rio Jari acima por, aproximadamente, 20km ou pelo Ramal do Retiro a partir da BR-156 (Laranjal do Jari-Macapá) que tem cerca de 28km. A distância de Santo Antônio até o povoado de Água Branca do Jari é de 52km.



Imagem da Comunidade

As atividades econômicas básicas da comunidade são o cultivo da banana que teve sua produção reduzida devido à proliferação de doenças típicas desta cultura, e a coleta de castanha-do-brasil em castanhais próximos, situados ao longo do Ramal do Retiro, na área da Jari Florestal. Há também plantios de mandioca, milho e açaí. Havia até 2011 um açazal em uma área em frente a comunidade, porém o mesmo foi alagado para enchimento do reservatório da UHE Santo Antônio do Jari. Os moradores relataram que o açaí era coletado e vendido em Laranjal do Jari no período de entre safra da castanha, sendo o mesmo responsável pela geração de renda da comunidade no período. De acordo com os moradores, a produção dos castanhais varia muito de ano para ano e já atingiu picos de 61 barricas e baixas de 3 a 15 barricas. Castanhais que outrora produziram 300 a 400 barricas, atualmente não produzem 100. Segundo os dados, há coletores que chegam a comercializar 300 hectolitros por safra, em valor de até R\$ 600,00/hec.

Quando questionados sobre a exploração comercial de outros produtos da floresta, os participantes da reunião responderam que a região dos castanhais de Santo Antônio da Cachoeira não tem copaíba, mas tem seringa, balata, maçaranduba e andiroba (esta utilizada somente para remédio) e não há comércio para estes produtos. Toda a região do entorno da comunidade possui terras boas para a agricultura, mas o fator limitante é o relevo que varia entre ondulado a fortemente ondulado. Outras culturas agrícolas já foram praticadas ou testadas na comunidade, como a pimenta-do-reino que já foi alvo de projeto na região, e que ainda é plantada em pequena escala. Produzem também feijão, curauá4 , milho e mandioca. A Fundação fornecia mudas gratuitas para o início



do plantio e incentiva sua reprodução e redistribuição entre os agricultores. Exceto o líder comunitário, que é responsável pela manutenção do grupo gerador de energia elétrica e da distribuição de água tratada na comunidade, nenhum morador tem emprego fixo. Alguns deles são contratados na forma de diária para trabalharem durante as safras de castanha da RDSI por proprietários de castanhais da comunidade de São Francisco do Iratapuru (SEMA, 2015).

Há unanimidade sobre as boas relações entre a comunidade e a Jari Florestal S/A, a qual permite aos moradores viverem e utilizarem as terras, desde que seguindo algumas normas. Entre estas normas consta a proibição de construção de novas casas e a necessidade de solicitação de licenças para abertura de roças, que a própria Jarcel intermedia junto ao órgão ambiental responsável. A Jari Florestal S/A, também solicita comunicação antecipada de atividades de queimada em roças para melhor controle e prevenção de incêndios em suas terras (SEMA, 2015).

c) Comunidade Quilombo São José

Segundo informações fornecidas por entrevistados, a vila de São José também é anterior à fundação do distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim-PA, e do município de Laranjal do Jari-AP. Na Comunidade vivem cerca de 25 famílias.

O acesso à comunidade a partir de Laranjal do Jari é feito navegando-se o rio Jari acima por, aproximadamente, 20 km ou pelo Ramal do Retiro a partir da BR-156 (Laranjal do Jari-Macapá) que tem cerca de 28km.



Imagem da Comunidade



Há uma associação na comunidade São José: Associação de Moradores da Comunidade de São José. Em 2014 a comunidade de São José foi oficialmente reconhecida como comunidade Quilombola pela Fundação Palmares. A partir do reconhecimento, a comunidade espera ter acesso a projetos e investimentos da Fundação Palmares nas áreas de saúde, educação, moradia, geração de renda, organização social, entre outros temas considerados importantes para a comunidade (SEMA, 2015).

As atividades econômicas básicas da comunidade são o cultivo da banana, mas segundo a comunidade a produção na área onde cultivam a banana está diminuindo a cada ano. Nos últimos anos a produção tem sido utilizada para o consumo, não sendo possível a venda. É realizada a coleta de castanha-do-brasil em castanhais próximos da comunidade. De acordo com os moradores, a produção dos castanhais onde coletam tem diminuído muito, tendo sido coletado até 80 barricas, comercializadas em 2021 a R\$ 500,00/hec.

Perguntados sobre a exploração comercial de outros produtos da floresta, os participantes da reunião responderam que coletavam açaí na área que foi alagada pelo reservatório da UHE Santo Antônio do Jari e que com o alagamento a atividade não é mais realizada, o que segundo eles dificulta ainda mais a geração de renda da comunidade. Toda a região do entorno da comunidade possui terras boas para a agricultura, mas o fator limitante é o relevo que varia entre ondulado a fortemente ondulado. Produzem em pequena escala para consumo feijão, milho e mandioca. A pesca de subsistência é praticada por praticamente todos os moradores da comunidade, sendo os peixes mais capturados surubim, pescada, filhote, dourado, trairão, pacuaçu, jaú, sarda e também captura de tartarugas (SEMA, 2015).

d) Comunidade Padaria

A comunidade da Padaria está situada na margem esquerda do rio Jari, entre os igarapés Maicá ao norte e do Bote ao sul, sobre terras pertencentes à Jari Florestal S/A. Atualmente vivem na Padaria cerca de 250 pessoas em 46 famílias. Dista cerca de 7,5km a jusante da vila Santo Antônio da Cachoeira e 12km a montante de Laranjal do Jari. Além do acesso mais usual pelo rio Jari, Padaria pode ser acessada por terra a partir da BR-156 e pelo Ramal do Tiquira e com Santo Antônio da Cachoeira pelo prolongamento do Ramal do Retiro (SEMA, 2015).



Imagem da Comunidade

Há uma associação de moradores e produtores extrativistas da comunidade de Padaria. A associação realiza com o apoio dos moradores o festival da castanha no mês de março, festa que atrai toda a comunidade, como também pessoas vindas de fora. É ao longo do igarapé Maicá e dos ramais Tira-Couro e Mata-Onça que estão localizados os sítios da maioria dos moradores da Padaria. As culturas agrícolas predominantes são a banana e a mandioca. Em menor escala, prioritariamente para consumo próprio, coleta-se açaí, cupuaçu e andiroba. Em relação à banana, há problemas semelhantes aos da comunidade de Santo Antônio da Cachoeira, com doenças que reduzem em muito a produção. Em seus sítios os agricultores também extraem castanha-do-brasil cuja comercialização complementa a renda familiar. Contudo, não é a atividade principal da comunidade. A pesca de subsistência é praticada nos Lagos da Braga, margem direita do rio Jari, no Estado do Pará, e da Cobra, margem esquerda do rio Jari, no Estado do Amapá. Para a pesca são utilizados os utensílios rede, malhadeira, linha, trapo e zagaia. Entre os peixes mais capturados estão surubim, pescada, piramba, pacu, filhote, dourado, trairão, pacuaçu, jaú, sarda e também tartarugas. Há também o costume de alguns moradores em consumir os ovos de tartarugas. Há 10 pessoas da comunidade cadastradas na colônia de pescadores Z 10 e que recebem a bolsa defeso do governo federal. A renda média familiar da comunidade é de meio a um salário-mínimo, variando de acordo com o mês do ano (SEMA, 2015).

e) Comunidade Retiro

A Comunidade do Retiro está localizada no limite sul da UMF, com acesso pela BR 156, Km 40 partindo de Laranjal do Jari. A comunidade é composta por aproximadamente 25 famílias, das quais 9 possuem residência fixa e 16 possuem terreno e casa temporária,



permanecendo somente no período de coleta da castanha (janeiro a junho). Foi criada a Associação dos Moradores e Produtores da Comunidade do Retiro, que conta com 15 sócios.

A principal fonte de renda familiar é a coleta da castanha-do-brasil. Na comunidade do Retiro, encontra-se localizados os maiores maciços de castanhais da região. Em 2021, os coletores chegaram a coleta 7 mil barricas, onde o hectolitro chegou a R\$ 600,00. Existem famílias que cultivam a banana e a mandioca para produção de farinha, porém somente para consumo



Moradia tradicional de coletor de castanha-do-pará no Ramal do Retiro

f) Comunidade Água Branca do Cajari

A Comunidade Água Branca do Cajari encontra-se localizada na Resex do Rio Cajari, às margens da BR 156, cerca de 66 km da cidade de Laranjal do Jari. Possui duas organizações comunitárias: Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari e Associação de Mulheres Agroextrativistas do Cajari. Estima-se que na Comunidade vivem atualmente cerca de 150 famílias.

A economia familiar gira em torno da comercialização do açaí, da castanha e da agricultura familiar. A Comunidade também vive do comércio e de serviços público oferecidos pelos órgãos estaduais e municipais, como educação e saúde. A comunidade tem a castanha-do-pará como principal fonte de renda familiar. Como as demais comunidades, em 2021 chegou a comercializar a castanha a R\$ 600,00 o hectolitro.



Imagem da Comunidade Água Branca do Cajari

Existem ao menos três grupos de moradores que coletam castanha-do-brasil na UMF. Não foram relatados conflitos por desrespeito ao direito tradicional de coleta. Segundo os moradores, a preocupação é de que o manejo florestal da empresa cause danos aos maciços de castanhais, comprometendo a coleta e a renda familiar.

7.3.2 Localidades

Localidades são as propriedades rurais que se encontram localizados às margens da NR 156 e no Ramal do Serraria da AGREGUE. Durante o levantamento, foram identificadas 14 localidades, porém parte das moradias estavam desocupadas, não sendo possível realizar o levantamento de dados. Os levantamentos consideraram as localidades em razão dos impactos gerados pelo transporte de madeira da UMF.

De acordo com as entrevistas, caracterizam por pequenos produtores agrícolas e criadores de gado. A principal fonte de renda é a produção agrícola, como banana, feijão e milho, assim como a criação de gado branco.



Típico agricultor identificado na BR 156.



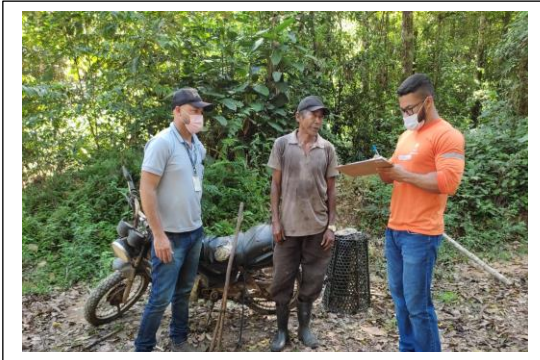
7.3.2 Organizações de base comunitária

De acordo com os resultados dos levantamentos de dados, foram identificadas cooperativa e associações nas comunidades adjacentes. As organizações têm a finalidade de cobrar junto ao poder público o acesso as políticas públicas, organização socioprodutiva e comercialização da produção.

| Comunidade | Organização |
|----------------------------|--|
| São Francisco do Iratapuru | Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU) |
| Santo Antônio da Cachoeira | Associação Agroextrativista da Comunidade Cachoeira de Santo Antônio do Jari |
| Retiro | Associação dos Moradores e Produtores da Comunidade do Retiro |
| Quilombo São José | Associação dos Moradores do Quilombo São José |
| Padaria | Associação dos Moradores Produtores Extrativistas da Comunidade Padaria |
| Água Branca do Cajari | Associação dos Trabalhadores do Alto Cajari – (ASTEX-CA) |

8. USO COSTUMÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS DENTRO DA UMF

Conforme relatado, a coleta da castanha é a principal fonte de renda familiar das comunidades e a atividade ocorre a gerações, portanto uma atividade tradicional praticada pelos moradores do entorno. Segundo os coletores, as a produção variável, onde um ano se eleva e outro sofre queda. Os castanhais são divididos por família ou coletor individual, que em período de safra contratam pessoas para auxiliar na coleta. A quantidade coletada varia, com famílias informando que coletaram na safra 2021 cerca de 80 barricas (medida utilizada localmente, equivalente a 2,5 latas de castanha), enquanto outras declararam até 200 barricas. Em 2021, o preço da barrica chegou a R\$ 600,00, considerado como melhor valor comercializado pelos coletores.



Seu Antônio e seu grupo, que coletam dentro da UMF. Quebra de ouriço.

Dentro da UMF, o inventário dos castanhais está sendo realizado pela AGREGUE, com apoio da Fundação Jari. O mapeamento dos indivíduos ocorre durante o período de inventário florestal, sendo desenhados os territórios ou castanhais de cada coletor ou grupo de coletores. No ano anterior a execução de um POA, são realizados os inventários dos castanhais. O primeiro a ser realizado foi o inventário da Comunidade Retiro, conforme verificado no mapa da página 31.

Para as demais comunidades, a identificação das colocações de castanha foi feita por meio de mapa falado. A técnica consistiu em uso de um mapa geográfico, com a localização da UMF e referências físicas, como ramais e cursos d'água. Como resultado, foi identificada a coleta da castanha-do-brasil como único recurso natural coletado dentro da UMF. A coleta ocorre durante o período de janeiro a junho e é realizada pelos moradores das comunidades Santo Antônio da Cachoeira, Retiro, São Francisco do Iratapuru e Água Branca Cajari, esta última localizada dentro da Resex do Rio Cajari. Os castanhais das comunidades Padaria e Quilombo São José encontram-se fora da UMF. Na medida que o manejo for avançando, será realizado o inventário dos castanhais de cada comunidade, antes das operações de manejo florestal. Segundo relatado pelo Senhor Ozerino, líder da Comunidade Retiro, não existe coleta tradicional na UPA 2, área prevista para exploração no ano de 2021.

Na página 29 é apresentado o mapa geral dos castanhais, na página 30 o mapa de uma colocação de castanha; na página 31 é apresentado o mapa de ocorrência de indivíduos nas UPAs 1 e 2; e na página 32 é apresentado o mapa falado das comunidades que coletam na UMF. Lista de coletores e castanhais – UPA 1.

Tabela: Lista de grupo de coletores na UMF

| N. | Grupo/Coletor | Comunidade | Castanhal |
|----|---------------------------------|------------|--------------------|
| 1 | Elainos Carlos da Silva | Retiro | Barrinha Velha 3 |
| 2 | Invanildo da Silva Monteiro | | Barrinha Velha 3 |
| 3 | Luiz Almeida Gomes | | Seringueira/Luizão |
| 4 | Iraelson Almeida Souza | | - |
| 5 | José Raimundo Santos Dourado | | 3 Grotas |
| 6 | Ozerino da Cunha de Souza | | Alto Alegre |
| 7 | Michel da Costa da Silva | | Serra dos Índios |
| 8 | Boa Ventura Bispo de Araújo | | - |
| 9 | Maria das Dores Silva de Souza | | - |
| 10 | Rosinei da Silva de Souza | | - |
| 11 | Maria Ferreira da Silva | | Palácio |
| 12 | Denilso da Silva Araújo | | - |
| 13 | Gonçalo Francisco de Araújo | | Retiro |
| 14 | José Maria Silva da Silva | | - |
| 15 | Valdir Pinto de Aquino | | - |
| 16 | Claudinei Pinto de Aquino | | - |
| 17 | Jeová Pinto de Aquino | | - |
| 18 | Francisco Lopes de Aquino Filho | | - |
| 19 | Deuzimar Pinto de Aquino | | - |
| 20 | Loide Moreira da Silva | | - |
| 21 | Rosana Moreira da Silva | | - |
| 22 | Eunice Moreira da Silva | | - |
| 23 | Isak dos Santos da Silva | | - |
| 24 | Adonias Moreira da Silva | | - |
| 25 | Mikael Costa da Silva | | - |
| 26 | Marinaldo Souza da Silva | | - |

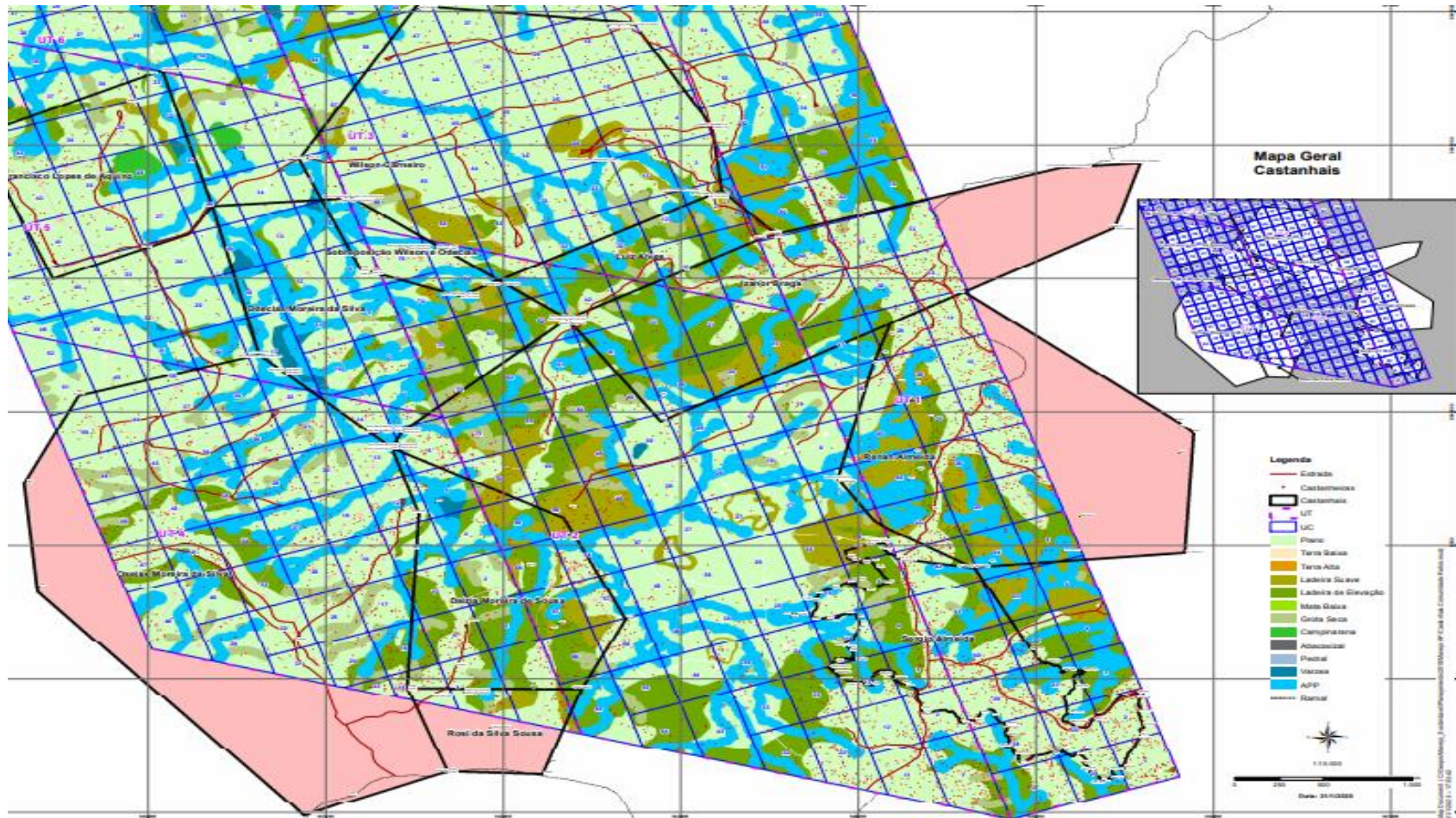


| | | | |
|----|------------------------------------|-------------------------------|---|
| 27 | Airton Braga do Espírito Santo | | - |
| 28 | Franci | Água Branca do Cajari | - |
| 29 | Pereira | | - |
| 30 | Renan | | - |
| 31 | Sérgio | | - |
| 32 | João | Santo Antônio da Cachoeira | - |
| 33 | Casemiro | | - |
| 34 | Alípio | | - |
| 35 | Zena | | - |
| 36 | Cazi | | - |
| 37 | Hermes | | - |
| 38 | Vicente | | - |
| 39 | 50 coletores da Cooperativa COMARU | São Francisco do Iratapuru | - |

9. LUGARES DE ESPECIAL SIGNIFICADO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

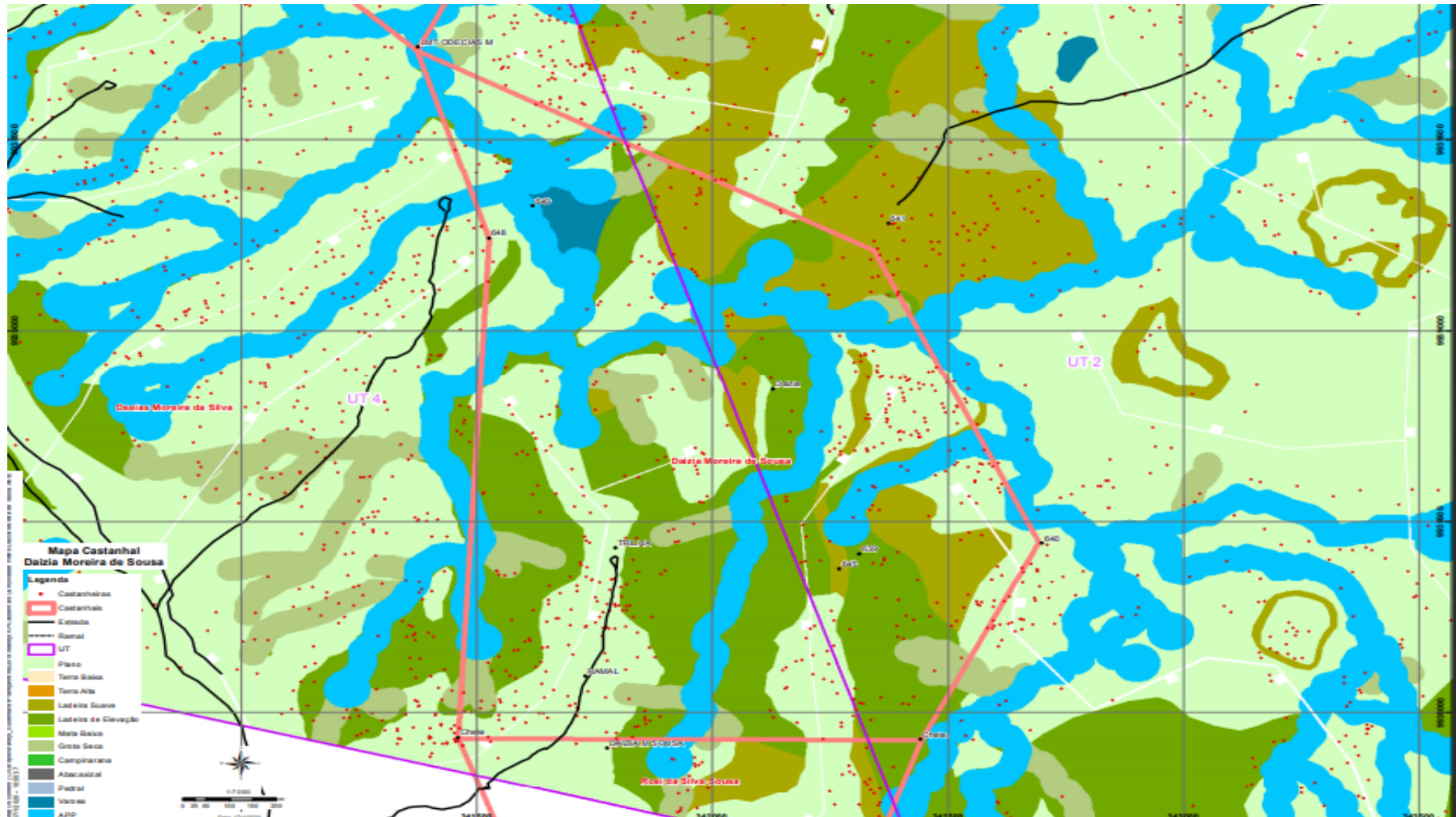
O levantamento para a identificação dos lugares de especial significado cultural, ecológico, econômico ou religioso para as comunidades locais, foi realizado no momento da aplicação do questionário de inventário socioeconômico, nas reuniões comunitárias e na aplicação do questionário de consulta para identificação de atributos de alto valor para a conservação. Como resultado, foram identificados os castanhais como um atributo de importância econômica para todas as comunidades consultadas. Não foram identificados lugares de especial significado cultural, ecológico ou religioso. Para o licenciamento do PMFS, foi realizada a análise de ocorrência de sítios arqueológicos na UMF. Conforme Ofício N. 3030/2018, o IPHAN declara que foram identificados indícios de sítios arqueológicos na UMF. A tabela na página 33 apresenta os resultados das consultas.

Mapa de inventário dos castanhais da Comunidade Retiro



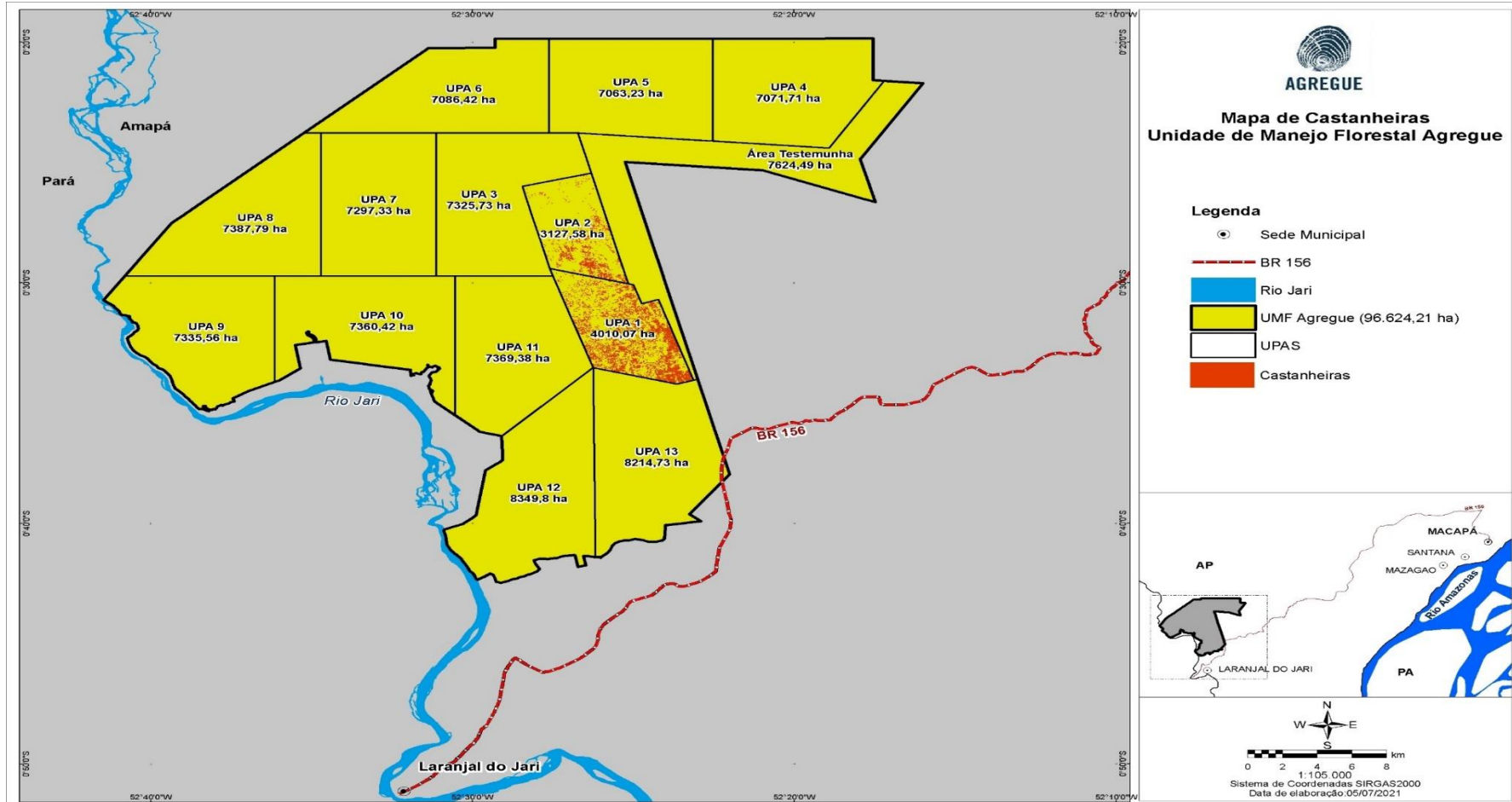


Mapa de inventário dos castanhais da Comunidade Retiro / UPA 1 – Coletora Daizia Moreira de Souza





Mapa de castanheiras inventariadas nas UPAs 1 e 2



Mapa falado elaborado pelos coletores e lideranças das comunidades

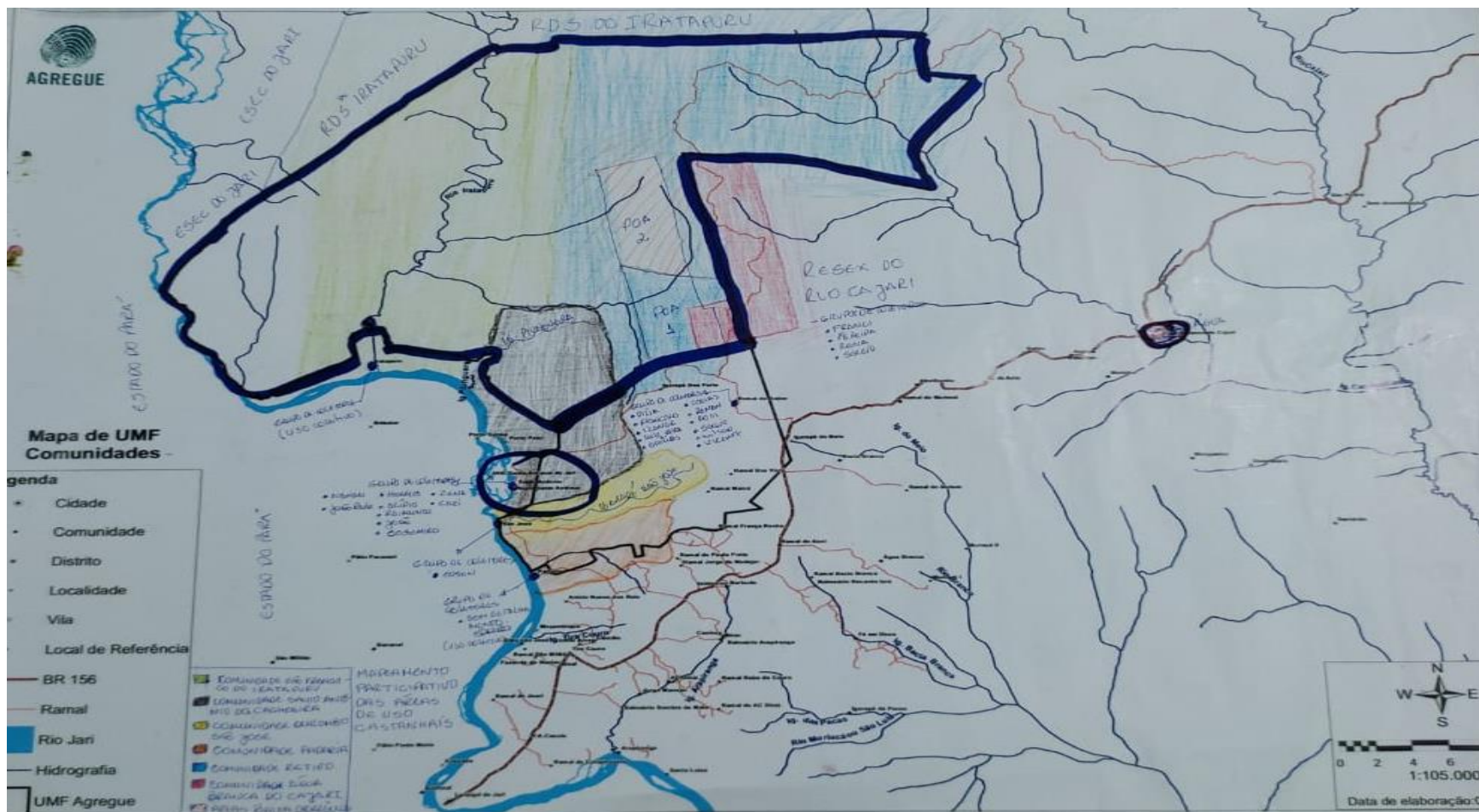




Tabela: Resultado da consulta sobre identificação de AAVC e Lugares de Especial Significado

| Entrevistado | Comunidade | Tempo de moradia (anos) | Faz uso de recursos naturais? | Até onde vai para uso de recursos naturais? | Tem conhecimento da localização da área de manejo florestal da empresa? | Você faz ou fazia uso da área em que a empresa faz o Manejo Florestal? | Você tem conhecimento de alguma atividade humana dentro da área em que a empresa realiza o Manejo Florestal? | Tem conhecimento sobre alguma área onde há concentração de espécies florestais importantes para região e comunidade? | Tem Conhecimento da Existência de Algum Local com Significado Histórico, Arqueológico ou Cultural, na unidade de manejo florestal da empresa? |
|-------------------------------|------------------------------------|-------------------------|--|---|---|--|--|--|---|
| Francisco Antônio de Oliveira | Água Branca do Cajari/Resex Cajari | 60 | Sim: coleta de castanha-do-pará, açaí, pesca artesanal e coleta de água (Rio Cajari) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Sim | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais próximos a Comunidade Retiro | Não |
| Sérgio Augusto de Oliveira | | 35 | Sim: coleta de castanha-do-pará, açaí, pesca artesanal e coleta de água (Rio Cajari) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Sim | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais próximos a Comunidade Retiro | Não |
| Francisco Silva de Souza | Retiro | 18 | Sim: coleta de castanha-do-pará | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Sim | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais próximos a Comunidade Retiro | Não |



| | | | | | | | | | |
|---------------------------|--|----|--|---|-----|---------------------------------|---------------------------------|--|-----|
| Samuel Gonçalves de Souza | | 20 | Sim: coleta de castanha-do-pará | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Sim | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais próximos a Comunidade Retiro | Não |
| Adonias Moreira da Silva | Presidente Associação dos Moradores e Produtores da Comunidade do Retiro | 49 | Sim: coleta de castanha-do-pará | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Sim | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais próximos a Comunidade Retiro | Não |
| Edson de Carvalho Dutra | Associação dos Moradores do Quilombo São José | 28 | Sim: coleta de castanha-do-pará, açaí, pesca artesanal e coleta de água (Igarapé São José) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais dispersos na UMF | Não |
| Nilcéia Tavares Conceição | Comunidade Quilombo São José | 16 | Sim: coleta de castanha-do-pará, açaí, pesca artesanal e coleta de água (Igarapé São José) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais dispersos na UMF | Não |
| Cenira Oliveira Costa | Comunidade Padaria | 51 | Sim: coleta de castanha-do-pará, açaí, pesca artesanal e coleta de água (Igarapé São José) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais dispersos na UMF | Não |



| | | | | | | | | | |
|----------------------------------|---|----|--|---|-----|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----|
| Adailton Queiroz Ferdinando | | 10 | Sim: coleta de castanha-do-pará, açaí, pesca artesanal e coleta de água (Igarapé São José) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais dispersos na UMF | Não |
| Valdemar Trindade Leal | | 8 | Sim: coleta de castanha-do-pará, açaí, pesca artesanal e coleta de água (Igarapé São José) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais dispersos na UMF | Não |
| Roberto Bahia Gonçalves | Associação dos Moradores Produtores Extrativistas da Comunidade Padaria | 48 | Sim: coleta de castanha-do-pará e pesca (Rio Jari) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais dispersos na UMF | Não |
| João Francisco Benício Gonçalves | Associação dos Moradores e Produtores Agroextrativista da Comunidade Cachoeira de Santo Antônio do Jari | 45 | Sim: coleta de castanha-do-pará, coleta de madeira (área de posse) e pesca (Rio Jari) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais dispersos na UMF | Não |



| | | | | | | | | | |
|-----------------------|---|----|---|---|-----|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------------|-----|
| Cleonice Tavares | Comunidade Cachoeira de Santo Antônio do Jari | 40 | Sim: coleta de castanha-do-pará, coleta de madeira (área de posse) e pesca (Rio Jari) | Identificou em mapa de uso de recursos naturais | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: coleta de castanha-do-pará | Sim: castanhais dispersos na UMF | Não |
| Maria Silva Marins | Sítio Igarapé do Meio/BR 156 KM 30 | 12 | Não. Só trabalha com agricultura | em sua área de posse | Não | Não | Não | Não | Não |
| João Silvério Botelho | Sítio Beija-Flor/BR 156 KM 33 | 8 | Não. Só trabalha com agricultura | em sua área de posse | Não | Não | Não | Não | Não |
| Izrael Soares | Sítio Arapiranga/Izrael Soares//BR 156 KM 27 | 5 | Não. Só trabalha com agricultura | em sua área de posse | Não | Não | Não | Não | Não |
| Romildo A. Paixão | Sítio Arapiranga/Izrael Soares//BR 156 KM 28 | 7 | Não. Só trabalha com agricultura | em sua área de posse | Não | Não | Não | Não | Não |
| Francisco das Chagas | Sítio Manga Rosa/BR 156 KM 33 | 5 | coleta de madeira | em sua área de posse | Não | Não | Sim: coleta de castanha-do-pará | Não | Não |
| Raimundo Nonato | Sítio Tira Couro//BR 156 | 8 | Não. Só trabalha com agricultura | em sua área de posse | Não | Não | Não | Não | Não |



Programa de Comunicação Social



AGREGUE





10. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10.1. Objetivo

Definir estratégia de diálogo com partes interessadas do manejo florestal executado pela Agregue Indústria, Comércio e Transporte de Madeiras Ltda.

10.2. Partes interessadas

- a) Público interno: colaboradores próprios e das empresas prestadoras de serviço.
- b) Público Externo: grupos e pessoas diretamente afetados pelo manejo florestal, instituições governamentais, instituições de pesquisa, organizações não governamentais, organizações de trabalhadores, empresas do setor, entre outros

10.3. Diálogo entre empresa e colaboradores

10.3.1 Estratégia de diálogo entre empresa e colaboradores próprios e de prestadoras de serviço:

- Diálogo direto com o encarregado e o gerente das atividades florestais.
- Preenchimento de formulário / caixas de sugestão e reclamação.
- Contato Telefônico: (91) 99109-0020 (WhatsApp/escritório/Recursos Humanos)

10.4. Diálogo com o público externo

10.4.1 Grupos e pessoas diretamente afetados pelo manejo florestal:

- Consulta presencial: aplicação de questionário antes, durante e após as atividades de manejo florestal, com objetivo de identificar impactos e preocupações sobre a atividades de manejo florestal, bem como realizar a divulgação dos canais de comunicação.



- Disponibilizar canais de comunicação com a área de Relações Institucionais e Sustentabilidade: (91) 9204-0649 (Gerente) (91) 99109-0020 (Técnico) e (96) 99114-9270 (Escritório).
- Divulgação do Plano de Manejo Florestal: Entrega de versão impressa e/ou digital e explicação de um Resumo Público do Plano de Manejo Florestal.

10.5 Demais partes interessadas:

- Disponibilizar canais de comunicação com a área de relações institucionais e sustentabilidade: (91) 9204-0649 (Gerente) (91) 99109-0020 (Técnico) e (96) 99114-9270 (Escritório).
- Divulgação do Plano de Manejo Florestal: Disponibilização de versão impressa digital de um Resumo Público do Plano de Manejo Florestal.

10.6. Responsabilidade

Relações Institucionais e Sustentabilidade: Realizar consultas públicas, registrar, analisar e implementar ações que assegurem o diálogo e encaminhamento de demandas recebidas das partes interessada e afetadas pelo manejo florestal.

10.7. Registro

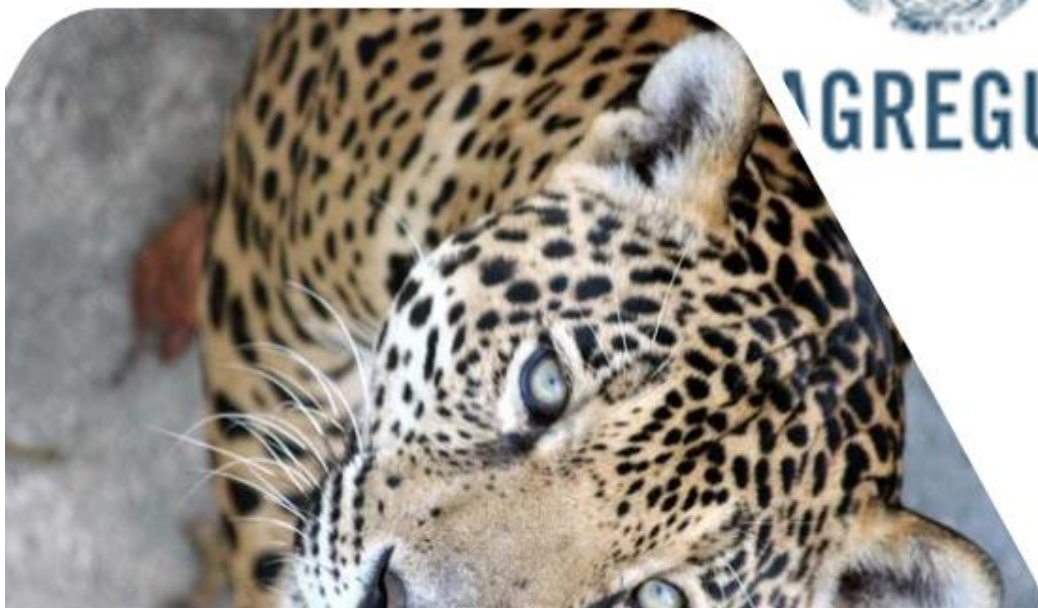
Os diálogos devem ser registrados no Formulário de Diálogo com Partes Interessadas.

Com objetivo de auxiliar no entendimento das comunidades sobre o manejo florestal e identificar impactos, uso de recursos naturais dentro da UMF, bem como a presença de recursos e locais de especial significado, foram utilizados painéis e mapas explicativos.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL



AGREGU



11 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

11.1. Objetivo

Promover práticas para cuidados e conservação ambiental, contribuindo para o bom manejo florestal e a conservação dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras.

11.2. Público-alvo

Público interno: trabalhadores próprios e terceiros.

Público externo: comunidades adjacentes e outras partes interessadas afetadas pelo manejo florestal.

11.3. Engajamento

a) Público interno: para o engajamento dos trabalhadores próprios e terceiros, serão desenvolvidas ações durante a integração e nas atividades operacionais. As ações de educação ambiental também têm a função de auxiliar no monitoramento ambiental, como condições de fauna, flora e recursos hídricos; bem como na identificação de sítios arqueológicos nas UMFs. Abordagens e temáticas prioritárias:

- Divulgar os princípios e práticas da educação ambiental;
- Incentivar a adoção de valores e atitudes que contribuam para a conservação de recursos naturais;
- Divulgar a legislação ambiental;
- Incentivar a coleta seletiva de resíduos;
- Contribuir para o monitoramento fauna, flora e recursos hídricos;

b) Público externo: o engajamento das comunidades, escolas e organizações de base, ocorrerá por meio de visitas e reuniões para o planejamento participativo e execução compartilhada das ações, devendo ser considerar, entre outras, as seguintes abordagens e temáticas:

- Propor, receber e validar ações para o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental, junto a colaboradores e comunidades;
- Divulgar os princípios e práticas da educação ambiental;
- Incentivar a adoção de valores e atitudes que contribuam para a conservação de recursos naturais, melhorando a qualidade de vida;
- Divulgar a legislação ambiental;
- Incentivar práticas sustentáveis nas cadeias produtivas locais;
- Proteção de espécies da fauna raras ou ameaçadas de extinção;

- Incentivar a coleta seletiva de resíduos;
- Promoção de palestras e oficinas;
- Promoção de campanhas de educação ambiental;
- Realização de atividades em datas comemorativas;
- Apoio na implementação de projetos socioambientais

11.4 Ações propostas

| Público-alvo | Ação/Temática | Objetivo | Engajamento | Momento de implementação |
|---|---|--|--|---|
| Trabalhadores e comunidades | Propor, receber e validar ações para o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental. | Implementar o programa a partir dos valores e concepções de comunidades e trabalhadores florestais | Reunião participativa | Integração de trabalhadores e reuniões comunitárias |
| Trabalhadores florestais | <p>Palestras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cuidados com a fauna; - cuidados no descarte de lixo; - Cuidados com manuseio de combustíveis; - cuidados com o fogo; - cuidados com APP; - registro de avistamento de fauna; - Fauna Amazônica ameaçada de extinção. | <ul style="list-style-type: none"> - Cuidados ambientais durante a execução das operações de manejo florestal. - Promover a proteção das áreas de APP, proteção da fauna silvestre e cuidados com o manuseio do lixo, fogo e combustíveis. | Reunião com todos os trabalhadores | Integração e divulgação do código de conduta |
| Trabalhadores florestais, comunidades, escolas e organizações de base | Dia da água | Promover a proteção dos mananciais e uso responsável da água | Planejamento participativo, Campanha, oficina e palestra | 22 de março |
| | Semana do meio ambiente | Promover os cuidados com o meio ambiente | | 05 a 09 de junho |
| | Dia de proteção das florestas | Promover os cuidados com as florestas. | | 17 de julho |

| | | | | |
|---|---|---|--|----------------|
| | Dia da Amazônia | Promover a proteção da Amazônia. | | 05 de setembro |
| | Dia da Árvore | Promover os cuidados com as florestas. | | 21 de setembro |
| | Dia de defesa da fauna | Promover a proteção da fauna brasileira. | | 22 de setembro |
| | Perigo dos incêndios florestais | Evitar riscos de incêndios florestais. | | A definir |
| | Cuidados com o lixo | Evitar poluição de rios e florestas. | | A definir |
| Comunidades/ organizações de base | Cuidados na formação de aceiros de roçados | Evitar riscos de incêndios florestais. | | A definir |
| | Divulgação do Resumo Público do Plano de Manejo Florestal | Divulgar as atividades de manejo florestal e os cuidados ambientais | Distribuição de cópia e explicação do conteúdo | Janeiro |
| | Curso de boas práticas na coleta de castanha-do-brasil | Mitigar os impactos ambientais sobre a espécie | Curso | Dezembro |
| | Cuidados com o lixo nas áreas de castanhais | Mitigar os impactos ambientais | Palestra | Dezembro |

Não é obrigatório a realização de todas as ações previstas, pois são propositivas e dependem do interesse dos grupos envolvidos.

11.5 Registro

Os registros gerados tais como atas de reunião, relatórios, planos de ação serão arquivados por um período de 05 anos na Área de Sustentabilidade, sendo mantido back-up em rede por tempo indeterminado.

11.6 Alterações e revisões do documento

As alterações em documentos podem ser propostas pela gestão, trabalhadores e comunidades, devendo o responsável pela área realizar estas alterações propostas. O documento alterado deve passar pelo fluxo normal de aprovação após a alteração.

12. IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

12.1 Identificação e avaliação dos impactos socioeconômicos

12.1 Método

Os impactos e os riscos de impactos socioeconômicos associados ao manejo florestal foram identificados a partir de entrevistas e consultas realizadas junto às comunidades adjacentes, moradores das margens da BR 156 e colaboradores próprios e terceiros. As informações foram levantadas a partir da aplicação de questionários e em consulta nas reuniões comunitárias. Com a base de dados, a equipe técnica da AGREGUE realizou a avaliação, estabelecendo a fase das operações que ocorrem os impactos ou os riscos, o impacto, as partes impactadas, as medidas de controle e sua implementação.



Aplicação de questionário junto aos moradores da BR 156 e momento de consulta nas reuniões comunitárias

12.1 Resultados

O resultado da avaliação dos impactos socioeconômicos encontra-se sistematizados na Matriz de Impactos Socioeconômicos. Ela apresenta as seguintes informações:

- Natureza
- Impacto
- Parte impactada
- Fase do manejo florestal
- Aspecto: social e econômico
- Abrangência: local e regional
- Efeito: benéfico e adverso
- Magnitude: baixa, média e alta
- Intensidade: não significativo, pouco significativo, muito significativo
- Duração: curto, longo, intermitente e contínuo
- Frequência: baixa, média e alta
- Severidade: baixa, média e alta
- Reversibilidade: sim e não
- Probabilidade: baixa, média e alta

Quanto a prevenção, controle e mitigação, a Matriz apresenta as seguintes informações:

- Medida prevista
- Ação implementada
- Evidência de cumprimento

Matriz de Impactos Socioeconômicos

| Natureza | Impacto | Parte Impactada | Fase (Pré-exploratória, Exploratória e Pós-exploratória) | Aspecto (Social e Econômico) | Abrangência (Local e Regional) | Efeito (Benéfico e Adverso) | Magnitude (Baixa, Média e Alta) | Intensidade (Não significativo, Pouco significativo, Muito significativo) | Duração (Curto, Longo, Intermitente e Contínuo) | Frequência (Baixa, Média e Alta) | Severidade (Baixa, Média e Alta) | Reversibilidade (Sim e Não) | Probabilidade (Baixa, Média, Alta) | Medida Prevista | Ação Implementada | Evidência de Cumprimento |
|--------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|--|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|---|---|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|--|--|--|
| | | | Explor | S | L | A | B | NS | I | B | A | S | B | Elaborar, divulgar e monitorar o cumprimento do Código de Conduta; consulta as comunidades. | Código de conduta elaborado e divulgado junto aos trabalhadores florestais; consulta as comunidades. | Entrega de (01) uma cópia do CC a cada trabalhador; monitoramento sem ocorrência. |
| Presença de trabalhadores florestais | Mudança de hábitos e cultura local | Todas as comunidades locais | Explor | S | L | A | B | NS | I | B | A | S | B | Elaborar, divulgar e monitorar o cumprimento do Código de Conduta; consulta as comunidades. | Código de conduta elaborado e divulgado junto aos trabalhadores florestais; consulta as comunidades. | Entrega de (01) uma cópia do CC a cada trabalhador; monitoramento sem ocorrência. |
| | Proliferação de doenças | | Explor | S | L | A | B | NS | I | B | A | S | B | Elaborar, divulgar e cumprir o Código de Conduta; realizar campanha preventiva de saúde e de imunização dos trabalhadores. | Código de conduta elaborado e divulgado junto a trabalhadores florestais; campanhas e imunizações realizadas; consulta as comunidades. | Entrega de (01) uma cópia do CC a cada trabalhador; monitoramento sem ocorrência; relatório de campanhas e carteira de vacinação atualizada. |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|--|----------------------|-------------------------|-----|---|---|---|----|---|---|---|---|---|--|--|---|
| | | | | | | | | | | | | | | Monitoramento de ocorrência. | | |
| | Captura de animais silvestres por trabalhadores florestais em áreas de uso comunitário | | Explor | S | L | A | B | NS | I | B | A | S | B | Elaborar, divulgar e cumprir o Código de Conduta; monitoramento de ocorrência. | Código de conduta elaborado e divulgado junto a trabalhadores florestais; consulta as comunidades. | Entrega de (01) uma cópia do CC a cada trabalhador; monitoramento sem ocorrência; |
| | Pesca por trabalhadores florestais em áreas de uso comunitário | | Explor | S | L | A | B | NS | I | B | A | S | B | Elaborar, divulgar e cumprir o Código de Conduta; monitoramento de ocorrência. | Código de conduta elaborado e divulgado junto a trabalhadores florestais; consulta as comunidades. | Entrega de (01) uma cópia do CC a cada trabalhador; monitoramento sem ocorrência. |
| Atividades não autorizadas | Extração ilegal de produtos florestais | UMF/EMF /Comunidades | Pré-ex, Explor e Pós-ex | S/E | L | A | B | NS | C | B | A | S | M | Realizar vigilância matrimonial preventiva e monitoramento por satélite. | Vistorias e monitoramentos de vigilância realizada. | Relatório de vigilância; Relatório de monitoramento (se houver ocorrência). |
| | Captura de animais silvestres não autorizada nas UMFs | UMF/EMF | Pré-ex, Explor e Pós-ex | S/E | L | A | B | NS | C | B | A | S | M | Realizar vigilância matrimonial preventiva | Vistorias de vigilância realizada. | Relatório de vigilância; |

| | Atividade de pesca não autorizada na UMF | UMF/EMF | Pré-ex, Explor e Pós-ex | S/E | L | A | B | NS | C | B | A | S | M | Realizar vigilância matrimonial preventiva. | Vistorias de vigilância realizada. | Relatório de vigilância; |
|---|---|--|-------------------------|-----|---|---|---|----|---|---|---|---|---|---|--|--|
| Presença do manejo florestal | Abertura e manutenção de estradas utilizadas pelas comunidades locais | Comunidade do Retiro e Água Branca do Cajari | Explo | S/E | L | B | A | MS | I | M | - | - | A | Previsão orçamentária associada as operações florestais. | Manutenção anual das estradas | Relatório de manutenção |
| Recrutamento de mão-de-obra | Geração de renda por oportunidade de trabalho | Comunidade dos locais e municípios do entorno das UMFs | Explor | E | R | B | A | MS | I | M | A | S | M | Divulgação das oportunidades de trabalho. | Contratação realizada. | Relatório de contratados (RH) e Relatório de Treinamentos realizados |
| Qualificação de mão-de-obra | Geração de oportunidades de treinamentos | Comunidade dos locais e municípios do entorno das UMFs | Todas as fases | E | R | B | A | MS | I | M | A | S | M | Divulgação das oportunidades de treinamentos. | Treinamentos realizados. | Lista de presença/certificados. |
| Aquisição de produtos e serviços locais | Fortalecimento da economia regional | Comunidade dos locais e cidades do entorno | Pré-ex, Explor e Pós-ex | E | R | B | B | PS | I | B | - | - | M | Levantar oportunidades de produtos e serviços | Produtos e serviços adquiridos | Relatório de aquisições/compras |
| Danos pelas atividades operacionais | Comprometimento da Coleta tradicional de castanha-do-pará na UMF | Comunidade do Retiro, Água Branca do Cajari, | Explor | E | R | B | B | PS | I | B | - | - | M | Realizar mapeamento participativo dos castanheais; realizar inventário 100% | Mapeamento participativo dos castanheais realizado; inventário 100% das castanheiras | Relatórios de mapeamento participativo; relatório de inventário 100% das castanheiras; |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|---|---|--------|---|---|---|---|----|---|---|---|---|---|--|--|---|
| | | Santo Antônio da Cachoeira e São Francisco do Iratapuru | | | | | | | | | | | | das castanheiras; revisar e implementar procedimentos operacionais incluindo medidas preventivas; treinar trabalhadores; realizar avaliação de danos durante e após as operações florestais; realizar consultas as comunidades; realizar reparação de danos. | em execução; procedimentos operacionais revisados e implementados; trabalhadores treinados; Avaliação de danos durante e após as operações florestais realizado; comunidades consultadas; danos reparados. | procedimentos operacionais revisados; certificados de treinamentos/lista de presença; relatório de avaliação de danos; relatório de monitoramento junto as comunidades consultadas; comprovante de danos reparados. |
| Presença dos castanhais na UMF | Geração de renda familiar com a comercialização de castanha-do-pará | Comunidade Retiro, Água Branca, Santo Antônio da Cachoeira e São Francisco do Iratapuru | Pré-ex | E | L | B | A | MS | C | A | - | - | A | Realizar diagnóstico socioeconômico | Diagnóstico realizado | Relatório |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|--|-------------------------|-----|---|---|---|----|---|---|---|---|---|--|---|--|
| Ausência de sistema de comunicação nas UMFs | Isolamento na UMF por falta de meios de comunicação | Trabalhadores florestais | Explo | S | L | A | M | MS | I | B | B | S | B | Instalar meio de comunicação que assegure o contato entre trabalhadores e familiares | Internet instalada. | Internet instalada, funcionamento e disponíveis a todos os trabalhadores |
| Descumprimento da legislação trabalhista | Permanência dos trabalhadores na UMF sem descanso remunerado em domicílio de origem | Trabalhadores florestais | Explo | S/E | L | A | B | NS | C | B | A | S | M | Assegurar descanso remunerado na cidade de origem. Firmar acordo documentado. | Acordo firmado e cumprido. | Acordo documentado. Relatório de monitoramento de cumprimento pelo RH |
| Falta de estratégia de comunicação e engajamento junto a partes interessadas e afetadas | Desconhecimento e visão negativa das atividades de manejo florestal | Comunidades locais, trabalhadores florestais e partes interessadas | Pré-ex, Explor e Pós-ex | S/E | L | A | B | NS | C | B | A | S | M | Realizar a apresentação do PMFS; divulgar Resumo Público do PMF. | Etapas do MF apresentado; Resumo Público do PMFS divulgado. | Relatórios de atividades e protocolo de entrega do RPPMFS. |
| | Desconhecimento dos canais de comunicação com a empresa | | Pré-ex, Explor e Pós-ex | S/E | L | A | B | NS | C | B | A | S | M | Elaborar e implementar Programa de Comunicação Social | Programa de Comunicação Social elaborado e implementado. | Relatório de atividades do Programa de Comunicação Social. |
| Transporte da madeira | Geração de poeira | Moradores próximos e usuários da Rodovia 156 e Estrada do Porto | Explor e Pós-ex | S | L | A | M | S | I | A | M | S | B | Integração dos motoristas de caminhão para cumprimento controle de velocidade; curso de direção defensiva. | Condutores treinados; treinamento de direção defensiva realizado. | Lista de presença; certificado. |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------------------|--|---------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|--|---|--|
| | Risco de acidente de trânsito | | Explor e Pós- ex | S | L | A | M | S | I | A | M | S | B | Integração dos motoristas de caminhão para cumprimento controle de velocidade e sinalizações de advertência; curso de direção defensiva. | Condutores treinados; sinalizações instaladas treinamento de direção defensiva realizado. | Lista de presença; certificado; sinalizações instaladas. |
|--|-------------------------------|--|---------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|--|---|--|

12.1. Monitoramento

12.1.1 Método

Para realizar o monitoramento dos impactos socioeconômicos identificados e a eficácia das medidas de prevenção, controle e mitigação determinadas, deve-se considerar:

- a) Definição de indicadores, metas e prazos.
- b) Monitoramento junto aos trabalhadores florestais.
- c) Consulta junto às comunidades locais.
- d) Avaliação de eficácia.
- e) Definição e implementação de um plano de realinhamento e melhoria dos resultados alcançados, quando aplicável.

11.2.2 Resultados

A Matriz de Monitoramento dos Impactos Socioeconômicos apresenta os requisitos, indicadores, metas, prazos e resultados alcançados.

11.2.3 Divulgação

Os resultados dos monitoramentos devem ser divulgados no Resumo Público do Manejo de Manejo Florestal.

Resultados do monitoramento dos impactos socioeconômicos

| Aspecto | Natureza | Impacto | Efeito | Medida de Controle/potencialização implementada | Resultado do Monitoramento |
|---------------|---------------------------------------|--|---------|--|--|
| Social | Presença dos trabalhadores florestais | Mudança de hábitos e cultura local | Adverso | Código de conduta elaborado e divulgado junto aos trabalhadores florestais; consulta as comunidades. | Sem ocorrência no período monitorado (2020/2021) |
| | | Proliferação de doenças | Adverso | Código de conduta elaborado e divulgado junto a trabalhadores florestais; campanhas e imunizações realizadas; consulta as comunidades. | Sem ocorrência no período monitorado (2020/2021) |
| | | Captura de animais silvestres por trabalhadores florestais em áreas de uso comunitário | Adverso | Código de conduta elaborado e divulgado junto a trabalhadores florestais; consulta as comunidades. | Sem ocorrência no período monitorado (2020/2021) |
| | | Pesca por trabalhadores florestais em áreas de uso comunitário | Adverso | Código de conduta elaborado e divulgado junto a trabalhadores florestais; consulta as comunidades. | Sem ocorrência no período monitorado (2020/2021) |
| | | Coleta de produtos florestais trabalhadores florestais não | Adverso | E Código de conduta elaborado e divulgado junto a trabalhadores | Sem ocorrência no período monitorado (2020/2021) |

| | | | | | |
|---------------------------|----------------------------------|---|----------|---|--|
| | | autorizada na UMF e em áreas de uso comunitário | | florestais; consulta as comunidades. | |
| Social e ambiental | Atividades não autorizadas | Extração ilegal de produtos florestais | Adverso | Vistorias e monitoramentos de vigilância realizada. | Sem ocorrência no período monitorado (2020/2021) |
| | | Captura de animais silvestres não autorizada nas UMF | Adverso | Vistorias e monitoramentos de vigilância realizada. | Sem ocorrência no período monitorado (2020/2021) |
| | | Atividade de pesca não autorizada na UMF | Adverso | Vistorias e monitoramentos de vigilância realizada. | Sem ocorrência no período monitorado (2020/2021) |
| | Presença do EMF | Abertura e manutenção de estradas utilizadas pelas comunidades locais | Benéfico | Manutenção anual das estradas. | Abertura e manutenção de 4 km metros do Ramal do Retiro, viabilizando o escoamento da castanha-do-pará; abertura de 12 km de estradas secundárias utilizadas para a coleta e escoamento da produção. |
| Econômico | Recrutamento de mão-de-obra | Geração de renda por oportunidade de trabalho | Benéfico | Contratação realizada. | 91% do quadro de pessoal (130) contratados na região de atuação do EMF (cidades de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Distrito de Monte Dourado e Comunidades locais. |
| | Aquisição de produtos e serviços | Fortalecimento da economia regional | Benéfico | Produtos e serviços adquiridos | 60% dos produtos e serviços contratados na região de atuação do EMF |

| | | | | | |
|------------------|---|---|----------|--|---|
| Econômico | Danos pelas atividades operacionais | Comprometimento da Coleta tradicional de castanha-do-pará na UMF | Adverso | Mapeamento participativo dos castanhais realizado; inventário 100% das castanheiras em execução; procedimentos operacionais revisados e implementados; trabalhadores treinados; Avaliação de danos durante e após as operações florestais realizado; comunidades consultadas; danos reparados. | Equipe treinada para execução correta dos procedimentos operacionais de abate e arraste de árvores; 12 famílias afetadas diretamente com comprometimento da renda familiar; 27 famílias afetadas indiretamente com comprometimento da renda familiar; acordo de reparação de danos firmado e em cumprimento; formalização da parceria com a Fundação Jari para a Implantação do projeto Castanha na Roça – renovação e expansão de castanhais no Vale do Jari”; |
| | | Geração de renda familiar com a comercialização de castanha-do-pará | Benéfico | Diagnóstico realizado | Safra 2021 com resultado estimado de coleta de 6 mil barricas de castanha movimentando cerca de 2,4 milhões reais; Abertura e manutenção de 4 km metros do Ramal do Retiro, viabilizando o escoamento da castanha-do-pará; abertura de 12 km de estradas secundárias utilizadas para a coleta e escoamento da produção. |
| Social | Ausência de sistema de comunicação na UMF | Isolamento na UMF por falta de meios de comunicação | Adverso | Instalação de meio de comunicação que assegure o contato entre trabalhadores e familiares | Internet instalada e em funcionamento, disponível a todos os trabalhadores florestais. |
| | Descumprimento da legislação trabalhista | Permanência dos trabalhadores na UMF sem descanso remunerado em domicilio de origem | Adverso | Acordo firmado e cumprido. | Acordo individual firmado e sendo cumprido entre a empresa e os trabalhadores, determinando o tempo |

| | | | | |
|---|---|---------|---|---|
| | | | | de permanência na UMF e o tempo de descanso em domicílio. |
| Falta de estratégia de comunicação e engajamento junto a partes interessadas e afetadas I | Desconhecimento e visão negativa das atividades de manejo florestal | Adverso | Etapas do MF apresentado; Resumo Público do PMFS divulgado. | PMFS divulgado e Resumo Público distribuído. Comunidades e localidades e partes interessadas conhecem o EMF e suas práticas de manejo florestal. |
| | Desconhecimento dos canais de comunicação com a empresa | Adverso | Elaboração e divulgação do Programa de Comunicação. | Programa de comunicação divulgado, conhecido e em uso pelas comunidades, localidades e partes interessadas. |
| Transporte de madeira | Incômodo por geração de poeira | Adverso | Orientação e monitoramento dos motoristas para cumprimento das medidas de controle de velocidade e sinalizações de advertência. | Não realizado. somente a partir do mês de setembro com a contratação da empresa responsável pelo transporte da madeira. |
| | Risco de acidente de trânsito | Adverso | Orientação e monitoramento dos motoristas para cumprimento de controle de velocidade e sinalizações de advertência; realização de curso de direção defensiva; | Ocorrência de 01 acidente envolvendo um veículo das operações florestais. Aberto relatório de investigação e acompanhamento; reforço aos cuidados com a realização do curso de direção defensiva; |

